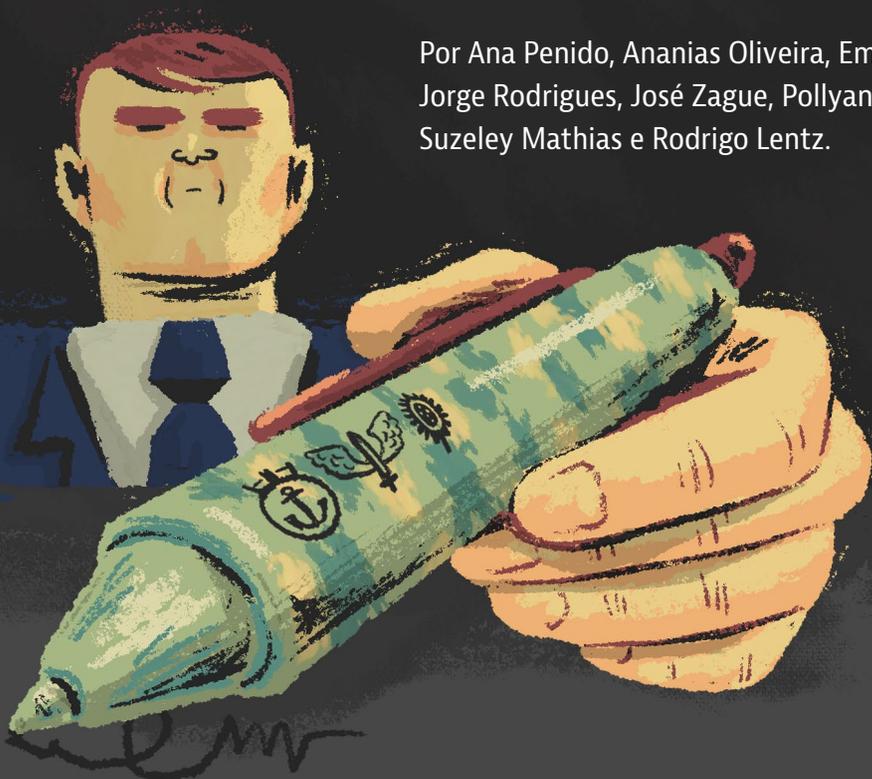




BOLETIM ESPECIAL

O LOBBY DOS MILITARES NO LEGISLATIVO

Por Ana Penido, Ananias Oliveira, Emily Firmino,
Jorge Rodrigues, José Zague, Pollyana Andrade,
Suzeley Mathias e Rodrigo Lentz.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Observatório sobre Defesa e Soberania | Jun 2023



BOLETIM ESPECIAL

O LOBBY DOS MILITARES NO LEGISLATIVO

Por Ana Penido, Ananias Oliveira, Emilly Firmino, Jorge Rodrigues,
José Zague, Pollyana Andrade, Suzeley Mathias e Rodrigo Lentz.

Como citar este informe:

TRICONTINENTAL. **O lobby dos militares no Legislativo**. Boletim Especial n°1/2023. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Jun 2023.

Fale conosco: brasil@thetricontinental.org

INTRODUÇÃO

Ao longo dos quatro anos de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, muito se falou sobre a militarização da política e a politização dos militares. A maioria das análises observaram um terreno prioritário: o Poder Executivo. As lentes deste informe, no entanto, se voltaram para a compreensão da relação entre os militares (predominantemente vindos das três Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica) e o Poder Legislativo. Trata-se de um mapeamento preliminar dos mecanismos organizativos e institucionais e das lideranças políticas que representam a caserna na Câmara e no Senado. Portanto, não serão analisados os militares que também são empresários e/ou praticam *lobby* para empresas privadas no Congresso Nacional.

Na primeira parte deste trabalho, traçamos um perfil dos militares eleitos e/ou reeleitos em 2022 para a próxima legislatura na Câmara de Deputados e no Senado Federal, com o objetivo de conhecer as lideranças político-militares de forma individual e coletivamente. Em um segundo momento, buscamos um sobrevoo para identificar os mecanismos organizativos/institucionais de que dispõem as Forças Armadas (FFAA) para atuar com e no Parlamento brasileiro em temas que despertem interesse político e corporativo. Todas as fontes utilizadas são públicas.

Considerando a nova conjuntura política nacional e internacional, seguimos nos esforços para compreendermos melhor a atuação dos militares no Brasil e motivados em contribuir com as forças democráticas e populares na promoção de reformas na área. Boa leitura!

SISTEMA DE LOBBY DAS FORÇAS ARMADAS

No contexto de ampla autonomia em relação ao poder político, as FFAA possuem uma estrutura própria de militares atuando diretamente no Parlamento brasileiro. Nota-se que cada Força (Exército, Marinha e Aeronáutica) tem seus próprios representantes que são autônomos entre si e diante do Ministério da Defesa. Trata-se do “Sistema de Assessoramento Parlamentar” que cada Força possui para estabelecer relações políticas com parlamentares das três esferas federativas, visando a defesa de seus interesses ou, em outras palavras, praticando seu sistema de *lobby*.

Basicamente, *lobby* é a atividade de pressão de um grupo organizado sobre políticos e poderes públicos, sem a pretensão de controlar formalmente os deputados. No Brasil, a prática de *lobby* não é regulamentada, embora diferentes segmentos do poder econômico a pratiquem de maneira rotineira. Ministérios mantêm assessores de ligação entre os dois poderes, e o próprio Legislativo tem consultores temáticos que acompanham as Comissões, mas nenhuma instituição pública mantém um grupo de lobistas no Congresso Nacional aos moldes das FFAA.

Em 1961, a Campanha da Legalidade garantiu que João Goulart tomasse posse como presidente, mas a vitória não foi completa porque o Congresso Nacional estabeleceu o parlamentarismo. Logo depois, o Exército criou a Secretaria de Ligação com o Poder Legislativo, em 1962, responsável por articular no Parlamento os interesses político-corporativos da Força. Segundo o Exército¹, esses mais de 60 anos de existência da assessoria parlamentar são divididos em dois períodos.

Durante a ditadura instaurada em 1964, eufemisticamente chamada de “Executivo Forte”, a estrutura tinha uma função “técnica”, restrita ao “mero

1 Esse histórico pode ser observado na página da 6ª Região Militar, com sede em Salvador, responsável pelo apoio e controle das organizações militares da Bahia e do Sergipe. Disponível em: < <https://6rm.cb.mil.br/index.php/assessoria-parlamentar> >. Acesso em 11mai2023.

acompanhamento das matérias” que tinham origem no Executivo. A partir de 1985, na chamada “Nova República”, a assessoria teve sua estrutura ampliada e suas funções revistas, tendo em mente “novas e mais complexas missões”, como influenciar a tramitação de proposições de interesse corporativo. A Marinha e a Aeronáutica, por sua vez, montaram suas estruturas após a criação do Ministério da Defesa, em 1999.

Em termos organizativos, os sistemas de assessoria parlamentar estão ligados diretamente ao gabinete dos comandantes e se restringem ao plano federal, não possuindo estruturas regionais. Na **Marinha**, a Assessoria de Relações Institucionais² é chefiada por um oficial superior - Capitão de Mar e Guerra – e conta com seis assessorias especializadas: análise legislativa, Senado, Câmara, Executivo, Orçamento e suporte administrativo, totalizando um quadro de 12 servidores, sendo 11 militares e 1 civil³. Na **Aeronáutica**, a Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais (ASPAER) está no Comando da Aeronáutica⁴, sendo composta por 10 militares distribuídos em quatro especialidades: relacionamento com Legislativo, Judiciário, Executivo e suporte administrativo.

O quadro é muito mais amplo no **Exército**. A Assessoria Parlamentar do Exército (ASPAR) está subordinada ao gabinete do comandante desta Força e coordena o **Sistema de Assessoria Parlamentar do Exército**. Atualmente comandado pelo **general de divisão⁵ Francisco Humberto Montenegro Júnior**, o gabinete possui quatro assessorias, sendo a última a parlamentar, hoje comandada pelo **general de brigada Marcus Augusto da Silva Neto**. Depois de 19 anos tendo à frente coronéis, o sistema voltou a ser dirigido por um general, evidenciando o

2 Conforme o art. 14 da portaria nº 476/MB, de 07 de outubro de 2014, “À Assessoria de Relações Institucionais (GM-20) compete assessorar o Comandante da Marinha e o Chefe do Gabinete no relacionamento com o Congresso Nacional e com os Órgãos do Poder Executivo Federal, mantendo um canal de informações e assessoria técnica, e buscando a consecução dos interesses da Marinha”.

3 Conforme a Portaria nº 80/GCM, de 9 outubro de 2014, são as seguintes: Assessoria de Análise Legislativa (GM-21); Assessoria junto ao Senado Federal (2 oficiais); Assessoria junto à Câmara dos Deputados (3 oficiais); Assessoria junto ao Executivo (GM-24); Assessoria de Orçamento (GM-25); e Secretaria de Controle e Suporte Administrativo (GM-20.1)”.

4 A estrutura da ASPAER é prevista no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e regulamentada pela Portaria nº 2.104/GC3, de 18 de dezembro de 2018.

5 Conforme a estrutura hierárquica do oficialato, o oficial general de brigada é o de 2 (duas) estrelas, de divisão 3 (três) estrelas e de exército (4) quatro estrelas, este o posto mais alto da carreira em tempos de paz.

peso político que o Exército dá à função na nova conjuntura política⁶. Silva Neto comanda uma equipe de 14 funcionários públicos militares: 8 coronéis, 1 capitão, 1 tenente, 1 subtenente, 1 Sargento e 2 Cabos - todos da ativa, exceto um dos coronéis que é da reserva e sem formação superior civil.

A Aspar do Exército Brasileiro (EB), diferente das demais Forças, coordena uma rede de 19 assessorias parlamentares distribuídas nos oito Comandos Militares de Área (Sul, Sudeste, Leste, Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Amazônia e Planalto), em Grandes Comandos e em unidades militares a nível municipal. Sabe-se pouco sobre o perfil dos componentes dessas estruturas regionalizadas ou sobre a sua distribuição territorial.

Até o fechamento deste informe, não foi possível apurar a estrutura, a composição e a distribuição territorial de cada uma destas 19 assessorias. Conforme regulamentação⁷, cada um dos oito Comandos Militares de Área deve contar com uma chefia e duas subchefias-adjuntas, o que amplia para 60 o número de militares do Exército dedicados ao *lobby*. Essas assessorias são responsáveis pelos níveis estadual e municipal, coordenando as outras 11 assessorias locais (Grande Comando, Grande Unidade, Unidade), com autonomia para definir a composição de seus quadros. Se cada assessoria local contar em média com três pessoas, esse número subiria para **93 servidores** militares dedicados a defender os “interesses da Força” junto aos parlamentares brasileiros, sendo mais da metade desse contingente espalhado regionalmente.

Assim como as assessorias da Marinha e da FAB, a do Exército tem como uma de suas principais atividades atuar “em defesa” do orçamento da Força, sobretudo em torno dos “Projetos Estratégicos do Exército” chefiados pelo “Escritório de Projetos do Exército”, criado em 2010 e tendo como seu primeiro chefe o então general de divisão Eduardo Villas Bôas⁸. Nesse sentido, tal assessoria cumpre

6 A escolha veio à público em matéria dos César Feitosa e Thaisa Oliveira, na Folha de São Paulo, em 17 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/exercito-escala-general-para-assessoria-no-congresso-apos-hiato-de-19-anos.shtml>> . Acesso em 11mai2023.

7 Portaria n° 966-Cmt Ex, de 15 de agosto de 2016.

8 Para se ter uma ideia de como esses projetos transbordam a seara restrita da defesa nacional, diversos conceitos da política nacional são mobilizados em seus objetivos, tais como “Paz social” e “Segurança Pública”. Ver em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/beneficios>.

um papel “pró-ativo” na busca de emendas parlamentares (de relator, de bancada, de comissão e individuais), visando ampliar seu orçamento já definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso implica em realizar uma série de ações “que visam criar oportunidades para que os parlamentares conheçam as características, importância, pertinência e vantagens de cada programa, no intuito de gerar aceitação”, uma vez que “a opinião favorável de parte de seus integrantes gera apoio político, o que, nesse contexto, se traduz na expectativa de recursos adicionais”⁹.

O Exército deixa explícito seus objetivos políticos com a assessoria, mantendo o uso de conceitos da malfada Doutrina de Segurança Nacional. Nas formulações da caserna, os poderes da República surgem como “expressão política” do poder nacional, apartada da “expressão militar”¹⁰. As metas do sistema são:

- Facilitar a divulgação da imagem e dos interesses do Exército, no âmbito das casas legislativas;
- Facilitar a ligação, de forma orientada, de parlamentares e comandantes de organizações militares;
- Facilitar a troca de informações sobre assuntos e projetos legislativos de relevância;
- Acompanhar, nas assembleias legislativas e câmaras municipais, as posições de interesse da Força;
- Permitir a ligação com parlamentares em suas áreas de origem;
- Facilitar a transmissão de informações sobre emendas parlamentares.

Nas instruções gerais sobre o sistema, o detalhamento dessas metas é bastante explícito¹¹:

9 Tais objetivos são descritos em trabalho de conclusão de curso de especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), concluído pelo coronel do Exército Marcus Porto de Oliveira (2021, p. 13). Aliás, Oliveira foi integrante dessa assessoria de 2016 a 2018, atuando em especial no Senado Federal.

10 Portaria n° 966-Cmt Ex, de 15 de agosto de 2016.

11 Portaria n° 255-Cmt Ex, de 1° de março de 2018.

- “Identificar os reflexos para o EB de projetos ou decisões do Poder Executivo implementados ou em estudo;
- Identificar reflexos para o EB de resoluções e propostas de partidos políticos ou de organizações políticas que se contraponha aos preceitos institucionais;
- Identificar os reflexos para o EB de decisões e atos do Poder Legislativo, implementados ou em estudo, particularmente, de projetos de lei;
- Em coordenação com o sistema de apoio para assuntos jurídicos, identificar os reflexos para o EB de decisões do Poder Judiciário que influenciem a expressão política implementadas ou em estudo;
- Identificar o posicionamento de autoridades nas esferas municipal, estadual e federal em relação ao EB e às decisões governamentais de interesse para a força;
- Identificar o engajamento de outros elementos da administração pública em questões de interesse do EB”;

Além disso, a presença da AsPar do Exército nas dependências do Congresso Nacional – o chamado “Escalão Avançado”, composto por sete oficiais -, viabiliza que “fatos políticos” do parlamento sejam reportados pela ótica da própria Força, evitando visões “deturpadas” de interlocutores; e a identificação de “aliados e adversários na defesa de interesses do Exército no Congresso Nacional” para direcionar de forma precisa os esforços políticos da Força, evitando eventuais “desgastes” de autoridades militares¹².

Por fim, o Ministério da Defesa também possui uma assessoria parlamentar que conta com 13 funcionários (cinco civis e oito militares, sendo quatro da ativa e quatro da reserva). Este é o órgão do poder político a quem, em tese, as FFAA subordinariam seus interesses e, por consequência, seu relacionamento com algum outro poder da República. Mesmo desconsiderando que a AsPar do Ministério da Defesa também é composta em sua maioria por militares, o número parece

12 Idem nota 6.

píffio quando comparado aos mais de 100 militares designados para a função de lobistas por seus comandantes vinculados diretamente às FFAA¹³.

Considerando o apresentado até aqui, seria possível afirmar que o sistema de *lobby* das FFAA é 715% superior à própria assessoria parlamentar do Ministério da Defesa, que sequer compõe um sistema. Se, por um lado, esse quadro auxilia na compreensão das dificuldades dos parlamentares para contrariar interesses das FFAA, por outro, é um excelente indicador da ampla autonomia que a instituição militar possui.

Apresentada a estrutura lobista, é preciso contextualizar as diferentes técnicas utilizadas pela assessoria para influenciar os parlamentares, tais como¹⁴:

- **Convite para eventos** – visando produzir empatia e sentimento de prestígio, parlamentares estratégicos são convidados para formaturas de conclusão de cursos de formação da carreira; datas comemorativas como o Dia do Soldado (25 agosto) ou Dia da Independência; exposições militares, inclusive temáticas, como as mulheres nas FFAA, etc.;
- **Viagens institucionais** – a assessoria proporciona viagens sem custos para parlamentares, assessores e consultores visitarem organizações militares ou projetos estratégicos na Amazônia ou na Antártida;
- **Audiências públicas** – sobretudo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN), as apresentações devem “atender aos interesses da audiência”, que raramente tem pluralidade ideológica, sob pena de “não atingir seus objetivos”. Aqui, a convergência de interesses é fundamental;
- **Visitas Institucionais** – promover comitivas em organizações militares onde alguns projetos são realizados, como ao Comando de Defesa Cibernética, em Brasília (DF), ao Comando de Artilharia de Exército, em Formosa (GO). As “demonstrações no terreno”, por exemplo, tendem a causar grande impacto nos parlamentares;

13 A título de comparação, organizações populares e mesmo o bloco parlamentar progressista não mantém nenhum indivíduo cuja responsabilidade seja acompanhar os mesmos temas.

14 Idem nota 6.

- **Exposições no Congresso Nacional** – utilização de salões, corredores e saguões para divulgação de temas de interesse militar.

A estrutura montada e as técnicas utilizadas são, sem a menor sombra de dúvidas, muito eficientes, como comprova o quadro de captação de recursos do Exército no Congresso Nacional:

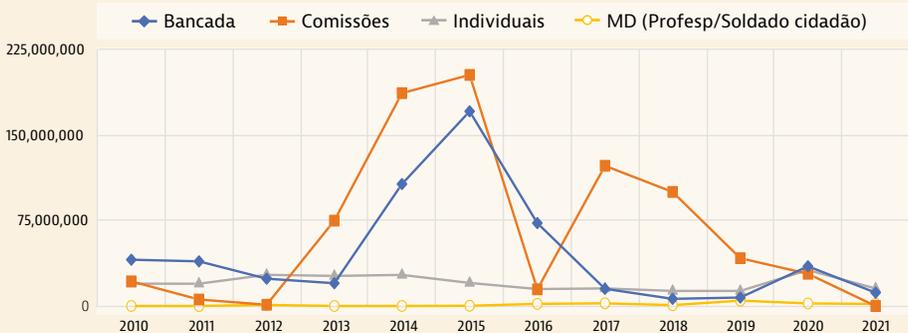
Tabela 1 – Histórico de Emendas Parlamentares (2010-2021)

	TIPO DE EMENDA / VALORES EM R\$				Total (milhões de reais)
	Bancada	Comissões	Individuais	MD (Profesp/ Soldado cidadão)	
2010	40.659.816	21.652.120	19.612.120	0	81.926.066
2011	39.231.037	5.707.179	19.585.800	0	64.526.027
2012	24.000.000	1.102.603	27.390.000	930.000	53.424.615
2013	20.000.000	75.000.000	26.433.000	0	121.435.013
2014	107.136.890	187.000.000	27.322.000	0	321.460.904
2015	171.032.182	203.000.000	20.272.600	200.000	394.506.797
2016	72.841.391	14.617.330	14.881.827	1.871.217	104.213.781
2017	15.100.985	123.172.089	15.450.307	2.350.000	156.075.398
2018	6.271.379	100.200.000	13.239.730	750.000	120.463.127
2019	7.431.424	42.000.000	13.210.000	4.731.161	67.374.604
2020	34.897.393	28.312.143	31.559.404	2.250.000	97.020.960
2021	11.720.127	0	15.367.100	1.811.733	28.900.981
Média	45.860.219	801.763.464	244.323.888	14.894.111	143.371.821

Fonte: OLIVEIRA, 2021, p.27; o autor utilizou como fontes relatórios internos da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Exército¹⁵

Note-se que entre 2010 e 2021, a média anual em emendas parlamentares foi de R\$ 143,3 milhões, tendo em 2015 a maior captação (R\$ 394,5 milhões) e em 2011 a menor (R\$ 64,5 milhões). Na série de 12 anos, somente o Exército captou mais de R\$ 1,6 bilhões do Congresso Nacional.

Gráfico I – Histórico de Emendas Parlamentares por tipo de emenda (2010-2021)



Fonte: OLIVEIRA, 2021, p.27; o autor utilizou como fontes relatórios internos da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Exército¹⁶

Gráfico II – Histórico de Emendas Parlamentares (2010-2021)



Fonte: OLIVEIRA, 2021, p.27; o autor utilizou como fontes relatórios internos da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Exército¹⁷

Cumpra lembrar que esse montante é apenas de emendas parlamentares ao orçamento. O sucesso absoluto dos lobistas é também verificável na aprovação sem alterações do orçamento geral enviado pelo governo federal ao Congresso, que mantém o Ministério da Defesa entre aqueles com os maiores orçamentos anuais.

16 Idem nota 6

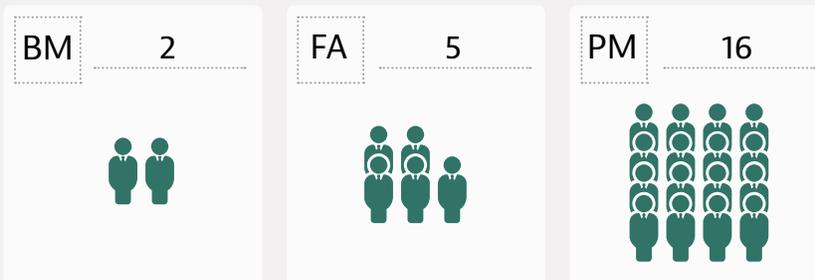
17 Idem nota 6

PERFIL DOS PARLAMENTARES

No nosso último boletim especial, *Militares e Eleições 2022 no Brasil*, identificamos 1.257 candidaturas de militares das FFAA, das polícias militares (PM's) e bombeiros militares (BM's), o que representava apenas 4,5% do universo de candidaturas. Neste informe, apresentaremos apenas os parlamentares eleitos que são egressos de organizações militares.

Identificamos 23 militares eleitos para a Câmara, representando 4,5% das cadeiras; e 2 para o Senado, representando 2,5% das cadeiras. Apesar de serem minoria em ambas as casas legislativas, os parlamentares-militares são referência na difusão dos valores e interesses corporativos no processo legislativo, encontrando ressonância na tomada da decisão política nacional.

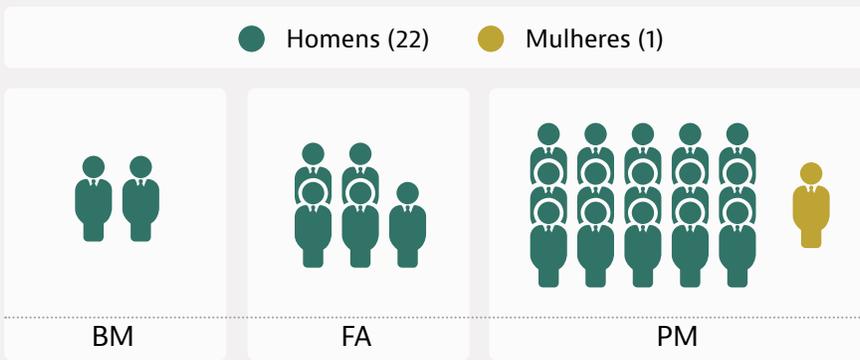
Gráfico III: Candidatura por vinculação corporativa



Fonte: TSE (elaboração própria)

Além da vinculação corporativa, organizamos seis categorias para mapeamento e comparação segundo gênero, escolaridade, unidade federativa, partido, patente e cargo eleitoral. Nos dados analisados, 96% dos parlamentares-militares são homens e apenas 4% mulher, percentual idêntico ao verificado na proporção de candidaturas militares egressas das FFAA, mas inferior às candidaturas femininas de egressos das PM's e BM's, de 16%. A única parlamentar-militar vem justamente da PM, reforçando conclusões de trabalhos anteriores da maior resistência do Partido Militar (apenas militares das FFAA) às candidaturas femininas quando comparado com o Partido Fardado (diversas forças de segurança), o que é compatível com o ingresso tardio e em funções subordinadas das mulheres nas FFAA.

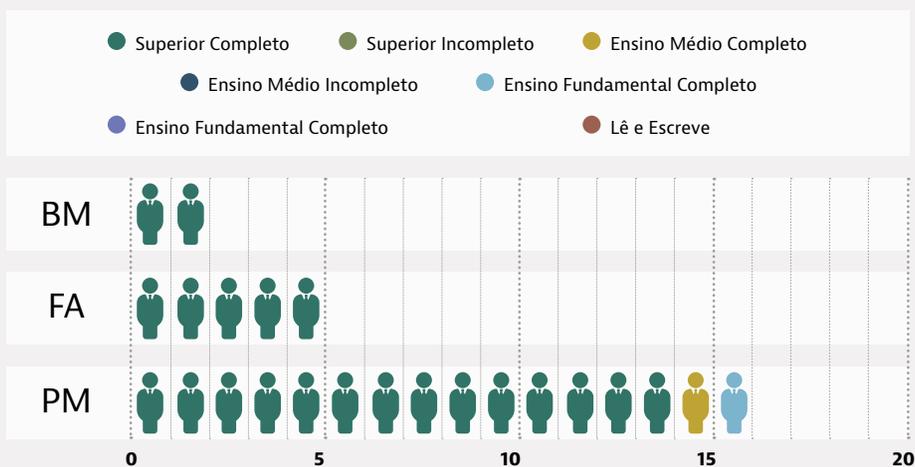
Gráfico IV: Distribuição por gênero segundo corporação militar



Fonte: TSE (elaboração própria)

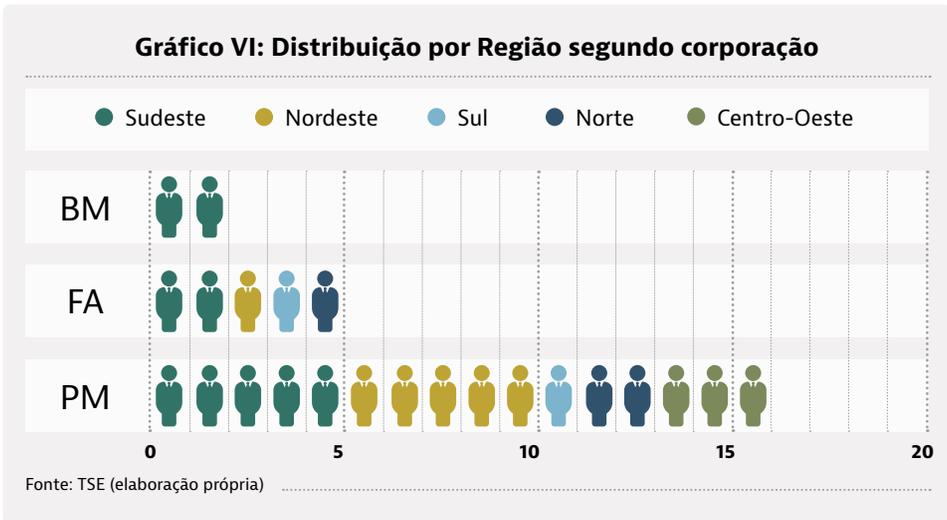
Quanto à escolaridade, destacam-se os parlamentares egressos das FFAA e dos BM's com 100% dos seus quadros possuindo ensino superior completo, diferindo do quadro de candidaturas em que 29% e 76%, respectivamente, não possuíam ensino superior. Já entre os parlamentares egressos da PM, 88% dos eleitos possuem ensino superior completo, percentual acima das candidaturas, de 63%. Portanto, pode-se concluir que ter o ensino superior tenha contribuído para a eleição destes parlamentares.

Gráfico V: Distribuição por grau de ensino segundo corporação militar

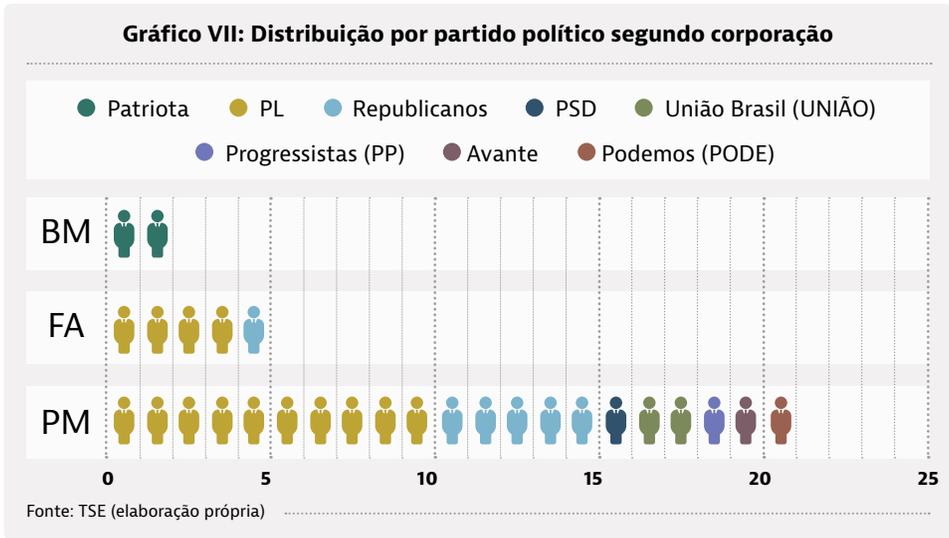


Fonte: TSE (elaboração própria)

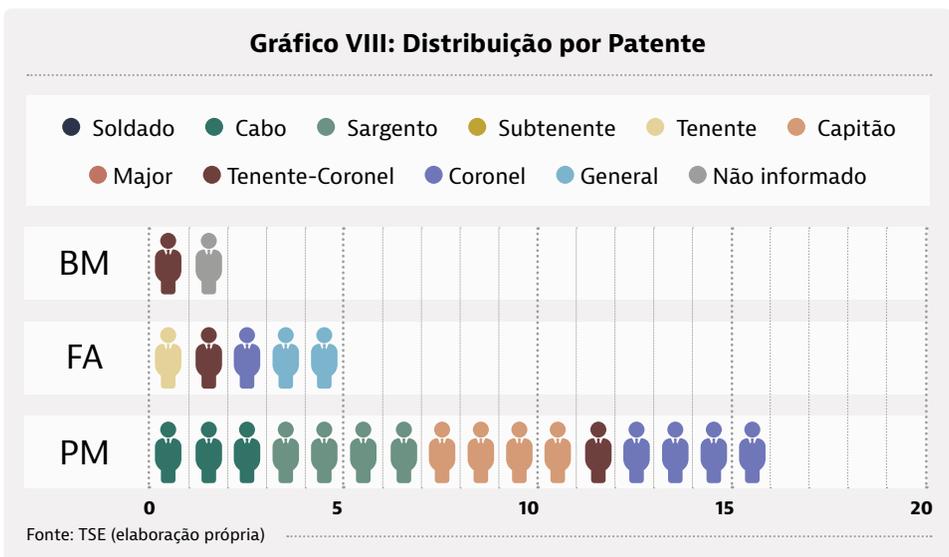
Ao analisarmos o registro das candidaturas segundo as unidades federativas do território, agregadas por região, verificamos que os parlamentares eleitos estão concentrados na região Sudeste, com 39%, percentual quase idêntico das candidaturas, 41%. Atente-se para o fato que há equilíbrio entre parlamentares egressos da PM e do BM no Sudeste e no Nordeste, com 31% de representação em ambos, ligeiramente menores se comparados aos percentuais de candidaturas. Da mesma forma, há uma presença maior de parlamentares do Centro-Oeste (19%), superior ao percentual de candidaturas, de 14%; e das regiões Sul (6,25%) e Norte (4,62%). Destes, nota-se que o percentual de parlamentares-militares da região Norte foi bem inferior ao de candidaturas, de 19%.



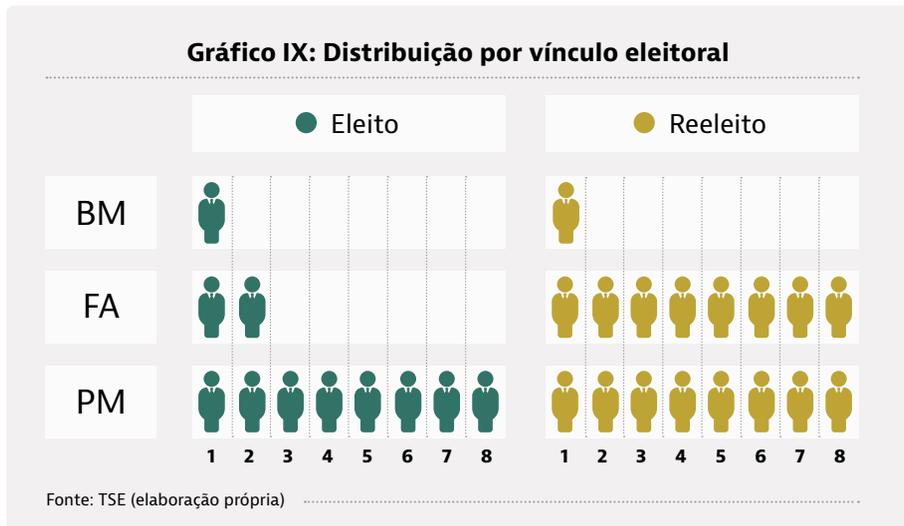
Quanto ao perfil ideológico-partidário, dos 32 partidos registrados no TSE, apenas oito contam com representantes direto destas forças em suas siglas. Entre eles, é necessária uma atenção para a presença majoritária de parlamentares eleitos pelo Partido Liberal (PL), com uma presença de 61% em relação ao quadro geral, ante aos 11% de candidaturas militares. O PL também é o principal partido dos parlamentares egressos das FFAA, seguido pelo Republicanos. No geral, todos os parlamentares estão no espectro ideológico da direita, refletindo o mesmo quadro observado nas candidaturas.



Já ao ser observado a distribuição desses parlamentares-militares por patente, predominam os egressos do oficialato: generais (9%), coronéis (22%), tenentes-coronéis (13%) e capitães (17%), totalizando 61% do quadro geral. O restante é formado por graduados (praças): subtenentes (5%), sargento (14%), 1º subsargento (5%) e cabos (14%). Apesar de serem numericamente ampla maioria nas tropas, os parlamentares graduados representam a minoria entre os eleitos.



Por fim, em relação à distribuição por vínculo eleitoral, vemos um quadro ao mesmo tempo de manutenção e renovação de candidaturas. Porém, dos parlamentares egressos das FFAA, mais de 80% foi reeleito, enquanto nos demais egressos das PM's e BM's se observa um equilíbrio.



No geral, há renovação de parlamentares, mas, mesmo que considerando a vitória eleitoral de Lula, o que vemos é a manutenção das candidaturas de direita entre os parlamentares-militares, dados que se reafirmam em pesquisas como a plataforma 'Ranking dos Políticos'. Segundo dados desta plataforma, quase metade dos deputados federais eleitos em 2022 está ideologicamente alinhado à direita: dos 513 parlamentares escolhidos, 237 são considerados de direita (46,20%), enquanto 141 (27,48%) são de esquerda e 135, de centro (26,31%).

Partindo desse panorama geral, a seguir será apresentado o perfil específico de cada parlamentar segundo região do país. Em cada região, ordenamos os parlamentares por patentes, da maior a menor, também hierarquizando cada organização. Incluímos também os dois militares eleitos senadores.

FRAGA (JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA) - PL/DF



- Coronel da PM
- Quinto mandato como deputado federal
- Já foi do PMDB, PFL e do DEM
- Faz parte da bancada da bala
- Em 1997 foi assessor parlamentar das Polícias Militares e presidente do Clube de Oficiais da PM
- Formado em Direito, Administração e Educação Física; é mestre em Segurança Pública
- Entre 2007 e 2010 foi secretário de Transportes do DF
- Comissões: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: 1º Vice-Presidente, 29/03/2023; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR: Suplente, 04/04/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023.



CORONEL ASSIS (JONILDO JOSÉ DE ASSIS) - UNIÃO/MT



- Coronel da PM
- Foi comandante da PM/MT entre 2019/2022 e também comandante do BOPE/MT
- Especialização em Gestão em Segurança Pública
- Secretário Adjunto da Secretaria de Segurança Pública
- Comissões: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023.



CORONEL FERNANDA (RUBIA FERNANDA DINIZ ROBSON SANTOS DE SIQUEIRA) - PL/MT



- Tenente-Coronel da PM
- Possui especialização em Ciências Criminais com enfoque em Direito Penal e Processo Penal, Administração e Gestão em Segurança Pública
- Investigada pela PF por levar bolsonaristas aos atos 8 de janeiro
- Em 2020 concorreu pelo Patriotas e contou com apoio de Bolsonaro na eleição suplementar ao Senado do MT
- Comissões: Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher - CMULHER: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional - CINDRE: Suplente, 21/03/2023; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR: Titular, 15/03/2023 - 15/03/2023; Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD: Titular, 15/03/2023; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Titular, 15/03/2023.



GENERAL GIRÃO (ELIESER GIRÃO MONTEIRO FILHO) - PL/RN



- General de Brigada do Exército (AMAN/76)
- Investigado pela PF por apoiar e incitar atos antidemocráticos em frente aos quartéis em Natal/RN e por apoiar os atos do 8 de janeiro
- Faz parte do grupo AGIR formado por militares da reserva do Exército, especialmente formados na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) dos anos de 1970, que defendeu golpe de Estado e realizam ataques constantes ao STF
- Girão assina o texto manifesto do grupo AGIR disponível na página do Facebook
- Teve como chefe de gabinete, entre 2019 e 2021, o coronel Raul Sturari (AMAN/76), presidente do Instituto Sagres
- Instituto Sagres fornece algumas das diretrizes pedagógicas do projeto das escolas cívico-militar e também elaborou o Projeto de Nação lançado pelo general Eduardo Villas Boas
- Comissões: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN: 2º Vice-Presidente, 29/03/2023; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Suplente, 11/04/2023; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN: Titular, 15/03/2023.



CORONEL MEIRA (LUIZ DE FRANÇA E SILVA MEIRA) - PL/PE



- Coronel da PM
- Foi filiado ao PRTB, PRP e PSC
- Foi candidato em 2010, 2018 e 2020, mas não se elegeu em nenhuma delas
- PSOL fez denúncia ao STF contra Coronel Meira por incitação aos atos de 8 de janeiro
- Comissões: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Trabalho - CTAB: Suplente, 02/05/2023; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR: Titular, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023; Comissão de Administração e Serviço Público - CASP: Titular, 15/03/2023.



CAPITÃO ALDEN (ALDEN JOSE LAZARO DA SILVA) - PL/BA



- Capitão da PM
- Formado em Direito e com especialização em Análise Criminal, Prevenção à Violência e Política e Estratégia
- Foi filiado ao PODEMOS, PSL e UNIÃO
- Em 2018 foi eleito deputado estadual na Bahia
- Integra a bancada da bala
- Comissões: Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial - CDHMIR: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Educação - CE: Titular, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023.



REGIÃO NORDESTE

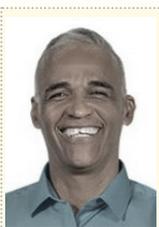
SARGENTO GONÇALVES (EVANDRO GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR) - PL/RN



- Sargento da PM
- Formado em Licenciatura em Educação Física
- Foi filiado ao PCdoB (2003), DC, Patriota, PRTB e PSC
- Foi candidato em 2018 e 2020, mas não se elegeu em nenhuma delas
- Em 2021, a PM/RN abriu sindicância contra o Sargento Gonçalves devido a ataques contra a governadora Fátima Bezerra
- Comissões: Comissão de Educação - CE: Suplente, 15/03/2023 - 15/03/2023, Titular, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023.



PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (MANOEL ISIDORTO DE SANTANA JUNIOR) - AVANTE/BA



- Sargento da PM
- Está no segundo mandato
- Formação em Técnico de Enfermagem
- Eleito deputado estadual pelo PT (2003-2007), pelo PSB (2011-2015) e pelo PSC (2015-2019), tendo renunciado ao mandato em 2018
- Foi candidato a prefeito de Salvador em 2016 pelo PDT e pelo AVANTE em 2020
- Histórico de LGBTQfobia
- É pastor e criou uma fundação de recuperação de dependentes químicos
- Comissões: Comissão de Saúde - CSAUDE: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Administração e Serviço Público - CASP: Suplente, 15/03/2023 - 21/03/2023, 23/03/2023; Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família - CPASF: Titular, 15/03/2023.

AVANTE 70



CABO GILBERTO SILVA (GILBERTO GOMES DA SILVA) - PL/PB



- Cabo da PM
- Entre 2018 e 2022 foi deputado estadual na Paraíba pelo UNIÃO
- Bacharel em Direito
- Em 2022 teve as redes sociais bloqueadas por atacar o Estado Democrático de Direito
- Comissões: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Comunicação - CCOM: Suplente, 15/03/2023 - , Comissão de Administração e Serviço Público - CASP: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional - CINDRE: Suplente, 16/03/2023; Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação - CCTI: Suplente, 16/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023; Comissão de Educação - CE: Titular, 15/03/2023.



REGIÃO NORTE

CORONEL CHRISÓSTOMO (JOÃO CHRISÓSTOMO DE MOURA) - PL/RO



- Coronel do Exército (AMAN/84)
- Está no segundo mandato
- Entre 2020 e 2021 recebeu cerca de R\$ 2 milhões via orçamento secreto
- Votou a favor da reforma previdência, votou contra a flexibilização das regras da reforma para professores e a favor das flexibilizações para policiais
- Comissões: Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação - CCI: Suplente, 15/03/2023; Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais - CPOVOS: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Finanças e Tributação - CFT: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Minas e Energia - CME: Titular, 15/03/2023; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS: Titular, 15/03/2023.



CORONEL ULYSSES (ULYSSES FREITAS PEREIRA DE ARAÚJO) - UNIÃO/AC



- Coronel da PM
- Foi comandante Geral da PM do Acre e do BOPE/AC
- Foi filiado ao PSDB e ao PSL
- Em 2021 foi nomeado diretor da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) do Acre
- Comissões: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: 2º Vice-Presidente, 29/03/2023; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Comunicação - CCOM: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023.



CAPITÃO ALBERTO NETO (ALBERTO BARROS CAVALCANTE NETO) - PL/AM



- Capitão da PM
- Está no segundo mandato; no anterior estava filiado ao Republicanos, eleito com o apoio direto de Jair Bolsonaro
- Bacharel em Direito
- Comissões: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Finanças e Tributação - CFT: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Educação - CE: Titular, 15/03/2023.



SENADOR ASTRONAUTA MARCOS PONTES - PL/SP



- Tenente-coronel da Aeronáutica (AFA/84)
- Formação em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)
- Foi ministro de Ciência e Tecnologia do governo Bolsonaro
- Em 2014 foi candidato a deputado federal pelo PSB e ficou na suplência
- Em 2018 foi eleito segundo suplente para o senado do candidato Major Olímpio
- Após pedido de Bolsonaro, demitiu o então presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ricardo Galvão, por ter divulgado dados sobre desmatamento na Amazônia



- Comissões: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT: Titular, 07/03/2023; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR: Suplente, 07/03/2023; Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE: Titular, 07/03/2023; Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil - CEENSINO: Titular, 27/03/2023; Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde - CEHV: Titular, 14/03/2023; Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI: Suplente, 07/03/2023; Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE: Titular, 07/03/2023; Comissão de Segurança Pública - CSP: Suplente, 07/03/2023; Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros - CTEYANOMAMI: Titular, 01/03/2023.

GENERAL PAZUELLO (EDUARDO PAZUELLO) - PL/RJ



- General de Brigada do Exército (AMAN/84)
- Durante o governo Bolsonaro foi Ministro de Estado, Ministério da Saúde, Secretário Executivo do Ministério da Saúde e Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
- Foi das Forças Especiais do Exército; no período em que foi ministro, havia outros seis militares das Forças Especiais do Exército em cargos do alto escalão do ministério
- Em maio de 2020, uma reportagem da Agência Sportlight revelou que Eduardo Pazuello alegou "uso não comercial" em um contrato de 13 anos feito com a Infraero e uma empresa que faturava R\$ 6 mil por aluno de paraquedismo



- Coordenou a Operação Acolhida, que cuida de refugiados da Venezuela em Roraima
- Tem como membro de gabinete o general Mario Fernandes (AMAN/86), que foi auxiliar direto do general Ramos nos ministérios do governo Bolsonaro; em outubro de 2022 foi enviado para a Controladoria-Geral da União (CGU) em função de fiscalização da aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI)
- Estando na ativa, participou de ato político em favor de Bolsonaro, o que lhe rendeu um processo aberto pelo Exército para investigar a conduta. Pazuello foi inocentado neste processo; após o sigilo da investigação ser levantado, pôde-se observar que o processo não seguiu os trâmites legais
- Comissões: Comissão de Minas e Energia - CME: Suplente, 15/03/2023; Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais - CPOVOS: Suplente, 25/04/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN: Titular, 15/03/2023.

REGIÃO SUDESTE

HELIO FERNANDO BARBOSA LOPES - PL/RJ



- Subtenente do Exército
 - Está no segundo mandato
 - Perito Criminal e Bacharel em Gestão Pública
 - Tem como membro do gabinete Guilherme Julian Victor Freire, que está sendo processado por ameaçar a professora Debora Diniz
 - Político próximo a Bolsonaro e ao Major Ailton Barros, envolvido na investigação de fraude em dados de vacinação. Barros disse saber quem é o mandante do assassinato de Marielle Franco
- Comissões: Comissão de Saúde - CSAUDE: Suplente, 15/03/2023 - 18/04/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial - CDHMIR: Titular, 15/03/2023.



CAPITÃO DERRITE (GUILHERME MURARO DERRITE) - PL/SP



- Capitão da PM
- Está licenciado do mandato e está como Secretário de Segurança Pública de SP
- Bacharelados em Ciências Sociais e Segurança Pública e em Direito
- Histórico de defesa de abusos e da violência policial



CAPITÃO AUGUSTO (JOSE AUGUSTO ROSA) - PL/SP



- Capitão da PM
 - Está no terceiro mandato
 - Foi filiado ao PV e ao PSB
 - Tentou fundar o Partido Militar Brasileiro, mas não conseguiu o número de assinaturas
 - Em 2019, foi presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.
- Comissões: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Viação e Transportes - CVT: Suplente, 22/03/2023; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Titular, 15/03/2023.



REGIÃO SUDESTE

SARGENTO PORTUGAL (JOSÉ PORTUGAL NETO) - PODEMOS/RJ



- Sargento da PM
- Bacharel em Direito
- Texto do site do PODEMOS fornecido pelo deputado: Neto de Policial Militar, filho de pai Policial Militar reformado por cota e mãe Pensionista da Polícia Militar, sobrinho de Policial Militar e sobrinho de Pensionista da Polícia Militar.
- Se descreve como patriota, conservador, pró vida, pró família e cristão
- Comissões: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD: Titular, 15/03/2023; Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CIDOSO: Titular, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023.



JUNIO AMARAL (GERALDO JUNIO DO AMARAL) - PL/MG



- Cabo da PM
- Está no segundo mandato
- É investigado no inquérito das fake news
- Segundo a plataforma Aos Fatos, o deputado faz parte de um grupo que, em 2020, publicou em média duas postagens por dia atacando o STF
- Comissões: Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial - CDHMIR: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Suplente, 20/03/2023 - 22/03/2023;

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC: Suplente, 21/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Suplente, 22/03/2023; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC: Titular, 15/03/2023 - 21/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023 - 16/03/2023.



DA VITÓRIA (JOSIAS MARIO DA VITORIA) - PP/ES



- Cabo da PM
- Está no segundo mandato
- Faz parte das bancadas da bala e do boi
- Já foi filiado ao PDT e ao CIDADANIA
- Já votou em favor de projetos que pretendia anistiar desmatadores, as dívidas de igrejas e da MP da Grilagem
- Votou contra a prisão de Daniel Silveira
- Centro de Estudos e Debates Estratégicos: Presidente, 17/03/2023.



PEDRO AIHARA (PEDRO DOSHIKAZU PIANCHAO AIHARA) - PATRIOTA/MG

- Tenente-Coronel Bombeiro Militar
- Especialização em Gestão de Projetos e em Gestão Pública
- Tornou-se conhecido por ser o porta-voz dos bombeiros durante o rompimento da barragem de Brumadinho
- Comissões: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Suplente, 15/03/2023 - 21/03/2023, 10/04/2023; Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU: Titular, 15/03/2023.

**DR. FREDERICO (FREDERICO DE CASTRO ESCALEIRA) - PATRIOTA/MG**

- Médico Socorrista, Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro
- Está no segundo mandato
- Comissões: Comissão de Cultura - CCULT: Suplente, 21/03/2023; Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU: Titular, 15/03/2023 - 15/03/2023; Comissão de Saúde - CSAUDE: Titular, 15/03/2023.



18 Embora não seja militar, o Senador Marcos do Val se apresenta como militar no Wikipedia, por ter passado pelo serviço militar obrigatório com “soldado” - https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcos_do_Val

REGIÃO SUL

HAMILTON MOURÃO - REPUBLICANOS/RS



- General de Exército (AMAN/75)
- Vice-presidente de Jair Bolsonaro
- Em 2015, ganhou notoriedade fora da caserna por ataques contra a então presidenta Dilma Rousseff
- Participou de negociações com empresas representadas por lobistas-militares da reserva contemporâneos de AMAN para facilitar exploração de ouro e potássio em Territórios Indígenas na Amazônia
- Em meados dos anos de 1980, Bolsonaro conheceu

Fabrizio Queiroz, suspeita de participar do esquema da rachadinha; relatos não confirmados dizem que Queiroz foi motorista de Mourão

- Três assessores de Mourão na Vice-Presidência fazem parte de sua equipe no Senado, todos militares.
- Um novo membro dessa equipe é o coronel do Exército Mário Andreuzza (AMAN/78), que participou ativamente das campanhas de Mourão e do tenente coronel Zucco e é membro do Instituto Sagres, muito próximo do general de Exército Edson Pujol (AMAN/77).
- Comissões: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ: Suplente, 31/03/2023 ; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT: Suplente, 31/03/2023; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR: Suplente, 31/03/2023; Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE: Suplente, 31/03/2023; Conselho de Ética e Decoro Parlamentar - CEDP: Titular, 21/03/2023; Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA: Titular, 31/03/2023; Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE: Titular, 31/03/2023; Comissão de Segurança Pública - CSP: Titular, 31/03/2023.

Republicanos 10



TENENTE-CORONEL ZUCCO (LUCIANO LORENZINI ZUCCO) - REPUBLICANOS/RS



- Tenente-Coronel do Exército (AMAN/95)
- Foi deputado estadual entre 2018 e 2022
- Acusado de incentivar os atos de 8 de janeiro
- Faz parte das bancadas da bala e do boi
- Ataca constantemente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e é o presidente da CPI do MST
- Seu irmão é comandante do 7º batalhão de Fronteira em Roraima, responsável por monitorar os territórios

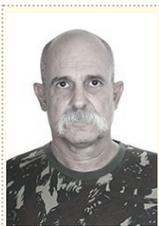
Yanomamis que estão passando por uma tragédia humanitária

- Comissões: Comissão de Educação - CE: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Titular, 15/03/2023 - 15/03/2023; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR: Titular, 22/03/2023;

Republicanos 10



SARGENTO FAHUR (GILSON CARDOSO FAHUR) - PSD/PR



- 1º Sargento da PM
- Está no segundo mandato
- Foi integrante das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas
- Ganhou notoriedade pelas declarações em favor da truculência policial
- Em 2023 fez ameaças contra o ministro da Justiça Flávio Dino
- Comissões: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN: Suplente, 15/03/2023; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO: Titular, 15/03/2023;



CONSIDERAÇÕES GERAIS

- As FFAA desfrutam de completa autonomia para o estabelecimento das suas relações parlamentares diante do poder político a que devem subordinação: o Ministério da Defesa e a Presidência da República.
- O Exército possui uma estrutura organizativa e normativa mais voltada à intervenção política quando comparado à Marinha e à Aeronáutica.
- As FFAA se identificam como um grupo de pressão político-econômico (por isso lobistas), buscando estreitar laços com parlamentares que convirjam com seus “interesses”, definidos autonomamente.
- O desconhecimento de parlamentares sobre o tema da defesa nacional e sobre as FFAA facilita a expansão dessa autonomia autoritária;
- As diferentes táticas empregadas pela AsPar são bastante eficientes, como os valores arrecadados com emendas parlamentares demonstram. As emendas parlamentares também são usadas como instrumento de barganha política para atrair o Exército para agendas de ação política, como indica o pico de emendas ocorridas nos anos de 2014 (ano eleitoral) e 2015 (preparação do golpe parlamentar de 2016);
- Vinte e três militares foram eleitos para a Câmara e dois para o Senado. Predominam homens com curso superior completo, donos de patentes mais elevadas, sudestinos e de direita.
- As forças democráticas e populares precisam se dedicar à compreensão da extensa estrutura de lobistas-militares e parlamentares-militares que atuam no Legislativo, sendo este apenas um dos aspectos da Tutela Militar sobre a política brasileira. Enquanto a tutela permanecer, não teremos plena democracia no Brasil.

tricontinental
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social